

Ele quer conversar com os presidentes dos bancos centrais de 11 países, para superar "obstáculos imprevistos" na renegociação da nossa dívida. Ontem, na reunião do Comitê do FMI (foto), o Brasil propôs um aumento de 100% nas cotas da instituição.



Os EUA insistem: cotas do FMI devem aumentar só até 35%. O Brasil quer 100%.

Contra os europeus e japoneses, que aceitam elevação de até 50%, o Tesouro dos EUA, sob pressão do Congresso, propõe apenas 33 a 35%.
Por A. M. Pimenta Neves, nosso correspondente em Washington.

Com os Estados Unidos insistindo num aumento de apenas 33 a 35% das cotas dos membros do Fundo Monetário Internacional, os ministros das Finanças do Comitê Interino encerraram o período normal de sua sessão de ontem e prosseguiram os debates durante o jantar. A reunião do comitê termina hoje.

O ministro da Fazenda do Brasil, Ernesto Galvães, falou na reunião de ontem, propugnando por um aumento das cotas de 100%, seguindo a recomendação do Grupo dos 24, que representa os países em desenvolvimento. As cotas somam hoje cerca de US\$ 67 bilhões.

Anteontem, Galvães almoçou no FMI com o secretário do Tesouro Donald Regan, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, o chairman da Reserva Federal, Paul Volcker, um senador e dez deputados americanos e os ministros das Finanças do México, das Filipinas e da Argentina, além de outros altos funcionários de Washington. A idéia do almoço foi do próprio Tesouro, e o propósito foi angariar votos no Congresso para a ratificação do aumento das cotas. A relutante posição do Tesouro no Comitê Interino é um reflexo das pressões que vem sofrendo no Congresso. Mas ainda há esperança de que os norte-americanos cheguem a um compromisso mais razoável. Europeus e japoneses estão dispostos a aceitar elevação igual ou superior a 50%.

Ainda anteontem, Galvães reuniu-se privadamente com o diretor-gerente do FMI, certamente para tratar da situação brasileira. Provavelmente foi em consequência dessa conversa que Larosière enviou telex aos bancos comerciais, solicitando apoio ao pedido do Brasil para que se complete o Projeto 4 (linhas interbancárias de crédito) até o dia 16 próximo. Faltam ainda pouco mais de US\$ 2 bilhões para chegar-se aos US\$ 7 bilhões agora desejados pelo governo, excluídas as operações *overnight* e os movimentos das agências do Brasil em Tóquio e Nassau e algumas operações do Banespa e do BCN. Larosière pretenderia enviar a documenta-



ção restante do acordo do Brasil com o FMI à junta diretora até o dia 23.

Na reunião do Comitê Interino, ontem, Galvães observou que, pela primeira vez nos últimos 40 anos, os países da América Latina apresentaram em conjunto queda de seu Produto Nacional Bruto. As exportações da região, afirmou, declinaram US\$ 10 bilhões (de US\$ 96,6 para US\$ 87,3 bilhões) em 1982. Suas importações também caíram de US\$ 97,2 bilhões para US\$ 78,4 bilhões.

As quedas das importações não só contribuíram para o decepcionante desempenho da região, como afetaram os próprios países industrializados, declarou.

As cifras indicam, segundo Galvães, que os mercados comerciais e financeiros têm de permanecer abertos. "O comércio tem de ser considerado a principal força para estimular a recuperação econômica internacional", afirmou o ministro, ao tratar do primeiro tema da agenda do comitê, sobre a perspectiva econômica mundial.

Sobre o aumento dos recursos do FMI, outro tema, Galvães salientou que o estabelecimento de mecanismos adequados para coordenar a ação dos bancos comerciais, dos bancos centrais e do FMI é da maior importância para restabelecer a confiança do mercado e enfrentar os atuais problemas de liquidez.

Ao justificar o pedido de que se dobrarem as cotas do Fundo, o ministro brasileiro afirmou que a relação entre as cotas e as importações mundiais corresponde hoje apenas à metade existente nas décadas de 50 e 60. Na década de 70, essa relação caiu de mais de 9% para 4,5%. Assim, disse, um aumento de 100% irá simplesmente restabelecer a proporção existente no passado.

Se as cotas em conjunto não alcançarem o nível de 125 bilhões de Direitos Especiais de Saque desta vez, a próxima revisão terá de ser antecipada antes que se complete o período normal de cinco anos, ressaltou.

Embora o tema de uma nova alocação de Direitos Especiais de Saque não conste da agenda, Galvães — mais uma vez dentro do espírito das resoluções do Grupo dos 24 — mencionou-o. Registrhou o pedido do grupo, que deseja uma distribuição de 12 bilhões de DES anuais por três anos, mas sugeriu alocação de cinco bilhões de DES anuais, um valor inferior, em termos reais, ao da distribuição do período anterior, encerrado em 1981, que foi de quatro bilhões anuais.

Em face da situação adversa que existe hoje, afirmou, esforços continuados deveriam ser feitos para que o diretor-gerente do FMI pudesse submeter proposta concreta nesse sentido o mais cedo possível.

Sobre o acordo geral de empréstimos, disse que o aumento dos seus recursos e sua abertura aos países que não participam do Grupo dos 10 não devem afetar a questão da elevação das cotas. Notou, com satisfação, que a minuta preparada prevê que a administração desses recursos ficará a cargo do Fundo Monetário e não dos países contribuintes.

No dia 18 de janeiro, o Grupo dos 10 industrializados já havia decidido aumentar de US\$ 7,1 para 19 bilhões os recursos do acordo e ampliar seu acesso. Ontem, anunciou-se aqui que a Arábia Saudita resolveu aderir ao acordo. A contribuição saudita, segundo algumas fontes, seria de US\$ 2,5 bilhões. Isso não impediria a Arábia Saudita de emprestar mais US\$ 3 bilhões ao FMI.